

O estatuto dos manuscritos

Maria da Luz Pinheiro de Cristo (USP)

A partir de um ponto de vista interdisciplinar, proponho observar neste texto um elemento que aproxime História, Literatura e Crítica Genética. Desta forma, tomo como eixo de discussão o conceito de *documento* para as três áreas de conhecimento. No entanto, a base de questionamento são os conceitos de *documento* e suas modificações ao longo do tempo, defendidos por vários historiadores.

Início a discussão a partir de uma citação do livro de Roberto Zular e Cláudia Amigo Pino, *Escrever sobre Escrever*:

No primeiro capítulo, procuramos mostrar como essa discursividade, sobretudo por sua premissa de se tornar um conhecimento “científico” e objetivo da literatura (premissa estruturalista nunca revista), dava um estatuto ao documento que era visto como prova de um processo que deveria ser reconstruído. Essa visão deixava escapar que “o documento não é mais para a história essa matéria inerte através da qual ela procura reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que passou e do que apenas permanece o rastro: ela procura definir no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações”. Os manuscritos não são um

documento inerte, mas um acontecimento num tempo e espaço próprios, ligados a uma série de condições de possibilidade históricas com as quais eles estão intrinsecamente relacionados. Não se trata, pois, de partir dos documentos e chegar a um processo de criação, mas de entender as tensões, as contradições, as descontinuidades nas quais eles operam e que operam neles. Isto é, aquilo que chamamos de uma crítica ao processo.¹

Há aqui um conceito de documento que remete a uma discussão muito importante entre os historiadores. Para estes, o documento é peça fundamental na realização de seu trabalho. A disciplina História passou por várias revoluções. Seus métodos e suas teorias sofreram modificações substanciais ao longo do tempo. Mas duas questões sempre estiveram em voga: o critério de verdade e o documento. De Heródoto a Comte a História esteve obrigada a prestar contas desse binômio. Concentro-me nas discussões a partir de Comte, no século XIX.

Não pretendo aprofundar as observações sobre o positivismo, mas destacar que o documento, nessa época, obteve uma relevância enorme nas pesquisas históricas. A máxima “*os documentos falam por si*” tornou-se o emblema de uma ciência que estudava a história das civilizações. Tratava-se de colocar o acento no objeto, cabendo ao observador dizer dele, como se fosse possível ser absolutamente imparcial diante do objeto. Assim, os pesquisadores fariam ciência. O trabalho do historiador consistia em descrever os documentos, dessa forma, escrever a História.

Mas em Paris, dois historiadores começaram a pensar diferente. Marc Bloch e Lucien Febvre fundam, em 1929, a revista *Annales d'histoire économique et sociale*, com o objetivo de colocar em ação um projeto de história influenciado pelas idéias de

Durkheim, tentando mergulhar na profundidade da história, num tempo longo das grandes bases subjacentes, no que está por trás, implícito, das permanências e se contrapondo à história superficial proposta pelo positivismo, que privilegiava as análises político-militares.

Bloch entendia a História como “a ciência dos homens no tempo”. Influenciado pela antropologia de sua época, defende a pesquisa histórica como resultado da interação entre observador e objeto sofrendo influências mútuas. Consequentemente, a visão de documento também sofre modificações.

Os documentos são uma escolha de seu próprio tempo e também do historiador, que escolhe depositar seu olhar sobre este ou aquele documento. Desta forma, cai por terra o mito da imparcialidade: “De facto, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efectuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”.²

Os documentos são uma escolha do historiador. Esta constatação coloca em xeque a idéia de ciência pura, de conhecimento imparcial em relação à História. O positivismo, com seu inegável avanço sobre a pesquisa documental, acabou por defender um simulacro de ciência que dizia, na verdade, mais sobre os observadores do que sobre o objeto, idéia primeira.

Não posso deixar de lembrar que os manuscritos são resultado de uma dupla escolha: aquilo que o escritor queria que fosse encontrado e, num tempo mais recente, aquilo que pode se transformar em valor monetário; e a escolha do pesquisador.

Outra mudança fundamental, nas pesquisas históricas, foi a ampliação do que se chama documento. Inicialmente, “docu-

¹ São Paulo: Martins Fontes, 2007.

² COFF, Jacques le. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 95.

mento” eram os registros escritos que sobreviveram ao seu tempo. Não podemos esquecer da divisão didática tão criticada da História: antes da escrita é a pré-história, depois da escrita, temos então a história. Numa primeira fase, os documentos seriam o suporte para registrar informações, perpetuá-las através da escrita. Mas, percebeu-se que um documento envolve mais do que registros escritos: “Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, exprime o homem, demonstra a presença, a actividade, os gostos e as maneiras de ser do homem”.³

Nesse processo de ampliação do documento, vemos o historiador desempenhando um papel diferente, antes de qualquer coisa, atuando sobre o seu objeto, movendo-se em ato, num gesto de “*pôr de parte*”:

Recolhido pela memória colectiva e transformado em documento pela história tradicional (“na história, tudo começa com o gesto de pôr de parte, de reunir, de transformar em “documentos” certos objectos distribuídos de outro modo, como escreve Certeau [1974, I, p. 20], ou transformado em dado nos novos sistemas de montagem da história serial, o documento deve ser submetido a uma crítica mais radical.”⁴

O objeto do historiador, sua ação sobre ele, não mais especificamente sobre seu objeto, incluindo também o seu contexto, sobre todas as variantes que compõem o documento, uma espécie de antes e depois do documento, mas também o estabelecimento de uma rede em que ele está inserido, ou seja, um olhar mais amplo sobre o documento e, ainda, sobre o que é documento. Portanto, o historiador desloca seu objeto. Porém, este já sofreu mutações no seu próprio tempo:

³ Ibidem, p. 98.

⁴ Ibidem, p. 100.

Não obstante, o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer impercrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações.⁵

Dessa forma, temos uma História que tenta dar conta não do documento em si, mas de um conjunto de elementos que contribuem para a formação do documento: “O documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, memória: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa”.⁶

Essa nova abordagem do documento realiza o que Jacques Le Goff, chama de revolução da História: a implosão da idéia de que “os fatos falam por si”, colocando em xeque inclusive a idéia de “fato”:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que

⁵ Ibidem, p. 101.

⁶ Ibidem, p. 102.

fica, que dura, e o testemunho, e o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira.⁷

É óbvio que essa ampliação do conceito desencadeou discussões renhidas sobre verdade, interpretação, o caráter ficcional da história, o estatuto de ciência, enfim, discussões que continuam, mas que não fazem parte do meu objetivo neste texto. Mas destaco que o grande avanço provocado por essa revolução e pelas rupturas dela resultantes é a ampliação do conceito de documento, mas também seu limite. Ao contrário do que se pensava, o documento precisa ser lido, interrogado, colocado à prova e, embora retirado de seu contexto, deve ser contextualizado. Antes, seu estatuto era o de prova, ou seja, a capacidade de comprovação de uma informação. No entanto, o conjunto dessas operações não garante ao historiador atingir a história, ou seu mito: a verdade. Seu trabalho consistirá em observar e analisar indícios da história: “Esse limite é o seguinte: em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mas, sempre, incompleta e lateralmente, por documentos ou testemunhos, ou seja, por *rekmeria*, por indícios”.⁸

Dentro dessa nova visão de documento, a literatura tem seu lugar. Mas este lugar constitui um impasse e gera abordagens redutoras e pouco interessantes. Ao mesmo tempo em que cons-

titui documento porque é produto do homem e sobre o homem, além de testemunhar um tempo, é também ficção:

Recusa-se, quanto ao texto literário, seu caráter de documento, o ser prova de alguma verdade. Por outro lado, insinua-se que essa negação deriva de sua natureza ficcional. Ou, em formulação mais completa: o texto de intenção literária se cumpre “segundo todas as regras do teatro mental” e, mesmo por isso, afasta de si os princípios a que se subordina o documento. Mas, que significa isso? Se não quisermos estabelecer outro pacto de mera convivência, precisamos nos entender sobre as palavras.⁹

Tanto os historiadores quanto Lima, quando falam da literatura, estão falando da obra publicada. A crítica genética, como já foi dito antes, se ocupa da obra publicada, mas também dos manuscritos da mesma. Desta forma, o seu caráter documental torna-se mais explícito porque podemos visualizar nos manuscritos indícios das regras desse teatro mental apontado por Lima. Então, se considerarmos como índice “provar alguma coisa”, temos nos manuscritos as marcas da memória do trabalho de realização da obra. Mas, não como um processo finalista que chega ao seu apogeu com a obra publicada. Esse teatro mental é marcado pela instabilidade provocada por uma série de fatores.

Mas, nos entendamos sobre as palavras, como aconselha Lima. A literatura produz discursos que vão além deles próprios. Produz efeitos de leitura que nos colocam em suspensão através da sua única matéria-prima:

Nenhum signo é capaz de se clausurar em si mesmo porque a alegoria, menos que o resultado de

⁷ Idem, p. 103.

⁸ VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: Edunb, 1982, p. 12.

⁹ LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1966, p. 192.

uma prática expressiva, é uma propriedade sempre pronta a aparecer onde as palavras se combinem. O significado das palavras como que vaza delas mesmas. Desse incessante vazar nasce uma incessante alegorização. As alegorizações incessantemente criadas testemunham que todo produto humano significa além do propósito com que fora concebido; que tudo enfim documenta não só o que sei, mas também o que desconheço.¹⁰

Esta é uma lição aprendida também pelos historiadores. Não há como dar conta do passado, mas nos aproximamos dele por meio dos indícios, rastros e marcas. No entanto, estamos sempre “acerca de”. Também nos manuscritos nos deparamos com a impossibilidade de conhecer, mas esta também é um índice que precisa ser considerado. Se concordarmos com Lima, as regras, prefiro dizer os índices de atuação do teatro mental que produziu a obra, podem ser detectados e analisados: “A literatura não está nas palavras ou na forma de agenciamento das palavras, mas é um conjunto de regras que subordinam as palavras a certa forma de comunicação”.¹¹

Marc Bloch afirmava que a História deveria ser pensada na chave passado/presente, não passado e presente. Esta simples observação significava uma postura diferente do historiador. O passado não estava desligado do presente e enterrado em algum lugar de difícil acesso a quem quisesse trazê-lo à luz. Mas estava intimamente ligado ao presente, fazendo parte da mesma rede e, portanto, responsável e possibilitador da ação do homem no presente. Grosso modo, é dessa forma que vejo os manuscritos em relação à obra. Tratamos de uma mesma rede. Portanto, podem-se encontrar os índices de sua construção em qualquer momento do processo, não precisamos estabelecer uma

cronologia que nos garanta a linearidade do processo porque ela não existe.

Diante do nó evidenciado nos manuscritos: ao mesmo tempo lugar onde a ficção se engendra e documento, a atenção recai sobre a postura do pesquisador frente aos manuscritos:

Afirmamos que essa documentalidade generalizada se relaciona com a posição do analista: aquela caracterizada por não ver as fronteiras discursivas, a descontinuidade entre elas existente. Isso equivale a dizer: é próprio das formações discursivas determinar entendimentos diversificados para seus produtos, os discursos.¹²

Dependendo da postura do pesquisador, o trabalho tenderá a um caminho específico que pode desconsiderar as fronteiras apontadas por Lima. Diante dos inúmeros trabalhos de crítica genética, pode-se visualizar melhor essa tendência. Trabalhos que resultam em grandes descrições detalhadas de mudanças de palavras, diferentes tipos de rasuras, variantes e tantos outros elementos comprovados pelos manuscritos-documentos. Dessa forma, considerase uma única possibilidade: o documento com prova alguma coisa, algo outro, anterior.

Evidentemente, os manuscritos guardam os indícios, as marcas de uma memória: a construção de um texto. Essa característica pode dar a falsa impressão de ser possível visualizar todos os atos do teatro mental da produção de um texto. Semelhante aos historiadores positivistas que pensavam os fatos e os eventos como a chave para que o passado fosse revelado, trazido à luz pela simples referência aos fatos. Essa visão da história tinha um alcance longo e conclusivo, bem entendido por Lima: “Segundo uma aproximação retificadora, dir-se-ia que esse algo comprova-

¹⁰ Idem, p. 193.

¹¹ Idem, p. 194.

¹² Idem, p. 196.

do pelo documento possui tal ordem de existência que esta existência se repete, se refaz e se reatualiza por efeito de sua prova".¹³

Costa Lima defende que a filologia cometeu um erro ao analisar o texto: análise das fontes e variantes combinada com a análise do discurso literário. Ele conclui:

Dadas essas considerações, podemos então concluir: ao passo que o documento desempenha um papel decisivo na pesquisa histórica, na análise do discurso literário ele é um elemento secundário; secundário não significa que possa ser dispensado, mas apenas que o analista deve ter consciência da impossibilidade de, a partir dele, inferir a consideração do teatro mental que forma o seu objeto.¹⁴

Volto a salientar que Lima pensa na obra publicada e não nos manuscritos. Além disso, nesse texto, sua análise se apóia numa tendência da literatura, no período modernista, em que havia uma preocupação dos escritores com a História. Mas é impossível não pensar na crítica genética e perguntar: os manuscritos, seu estudo, põem essa afirmação em xeque? Ou depende do tratamento dado a eles pelo pesquisador?

Considero a aproximação com os historiadores e seus documentos muito proveitosa para os pesquisadores de crítica genética. Várias operações são necessárias para a construção de uma abordagem dos manuscritos.

Observar os manuscritos unicamente como documentos de um processo, limita seu alcance, transformando-os em provas de alguma verdade, seja a da busca de um texto original e final ou descrição do processo e a origem de uma obra. Este tipo de abordagem leva a descrições dos manuscritos sem considerar

suas lacunas, rupturas, discontinuidades e relações exteriores ao processo.

A armadilha está em conceber os manuscritos como documentos que dariam conta de todas as etapas pelas quais o autor passou para a construção de seu texto. Dessa forma, o pesquisador somente precisaria refazer os caminhos demarcados nos manuscritos para reconstruir todo o processo de criação. Há grandes semelhança entre esses pesquisadores e os historiadores positivistas ou os filólogos.

Assim sendo, trilhando esse caminho, desconsideram-se elementos importantes que se perdem quando o acento está somente na descrição. Os manuscritos são produtos da esfera do privado, estão dentro de uma ordem diferenciada. Trazendo-os à esfera pública, estes manuscritos são deslocados e descontextualizados. O pesquisador escolhe seus documentos, retira-os de uma ordem, para inseri-los em outra, a sua.

O crítico não é independente nem imparcial. A primeira prova disto é a escolha do autor e do texto. Essa atitude é puramente subjetiva. Basta este elemento para colocar em xeque qualquer idéia de conhecimento livre de subjetividade. Na relação do crítico com o seu material ele deve fundar o que falta, criar relações, observar o entrelaçamento próprio de uma produção.

O processo descritivo dos manuscritos é importante e deve ser observado. No entanto, isto é apenas a primeira parte de um trabalho mais interessante: a análise dos indícios. Assim, é preciso seguir para uma segunda etapa, que pode ser muito fértil quando realizada observando as várias disciplinas que podem concorrer para um trabalho mais aprofundado.

Iniciei este texto como uma citação do livro *Escrever sobre escrever*, que constrói uma crítica à Crítica Genética, realizada por pesquisadores da área. Encerro a discussão como uma citação deste texto:

¹³ Idem, p. 197.

¹⁴ Idem, p. 200.

A nosso ver, a problematização efetiva do processo permite uma crítica pelo interior, pela fatura interna, pelas problematizações técnicas que as tornam possíveis. Isto é, a produção de sentido operada pelo leitor deve ser tão exigente quanto o autor precisou ser para escrever a frase em primeiro lugar, isto é, participa do processo dentro dos limites e resistências impostos por este à pura possibilidade. A arte depende de sua força de resistência. O papel ativo do leitor, a abertura, a não-linearidade, as bifurcações, em suma, as indeterminações do processo não implicam em facilidade, indiferença e uma concepção da arte como puro efeito, como se um fazer e suas restrições também não se impusessem. Pelo contrário, essa postura exige maior rigor na compreensão das problematizações e tensões que marcam o processo e sua especificidade. A obra em processo, dentro dessa visão rigorosa, teria a mesma exigência de não poder ser rapidamente substituída por qualquer outra coisa ou pensamento, mas de nos obrigar a voltar a ela, isto é, "quando nenhuma idéia suscitada por ela, nenhuma forma de comportamento sugerida por ela, pode esgotá-la ou liquidá-la."¹⁵

¹⁵ VALÉRY, Paul apud BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lirico no auge do capitalismo*. Op. cit., p. 138.

Manipulação de textos do livro *Brazil*, de Elizabeth Bishop pela *Time-Life*: representação de grupos étnicos

Silvia Maria Guerra Anastácio
e Tarcila dos Santos (UFBA)

Introdução

Elizabeth Bishop (1911-1979), escritora americana que viveu no Brasil entre a década de 50 e 70, foi a autora do livro *Brazil*, encomendado pela *Time Life* e publicado pela primeira vez em Nova York, em 1967, no Canadá. O *corpus* desta pesquisa privilegiou os manuscritos da primeira edição publicada, tão modificada pela *Time Life*, que Bishop teve o trabalho de corrigir um de seus exemplares, na tentativa de resgatar as intenções originais da sua escritura e deixando o referido livro para exibição na Biblioteca de Harvard. Também os jornais, as notas e a correspondência da escritora serviram de base para a pesquisa, para que se possa visualizar que imagens do Brasil estariam implícitas nesses registros. Travou-se um diálogo entre a Crítica Genética e os Estudos Culturais, atentando para as representações sociais